



Diário da Sessão n.º 056 de 27/09/02

Presidente: Terminado este debate vamos passar ao ponto seguinte, ou seja, ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre o “Financiamento da Reconstrução”, apresentado pelo Partido Socialista.

Para apresentá-lo tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu penso que em relação à questão concreta do pedido de urgência, ao longo desta sessão já foram explanadas as razões que fundamentam a necessidade de ser tomada, neste plenário, uma decisão por parte desta Assembleia.

Estas razões, recapitulando de uma forma muito breve, prendem-se, por um lado, com a necessidade da Assembleia Legislativa Regional se manifestar em tempo oportuno relativamente ao processo de decisão que está em curso por parte do Governo da República sobre esta matéria e, por outro lado, o facto de, em relação a este assunto, estar já sobremaneira esclarecidas e debatidas as questões que a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista visa resolver.

Entendemos que neste momento a Câmara encontra-se habilitada a se pronunciar sobre esta matéria, por isso foi requerido o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para manifestar a convicção do Grupo Parlamentar do PCP sobre a urgência desta matéria.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para nós, muito sinteticamente, não faria sentido que esta Assembleia Legislativa Regional, reunida nesta semana, depois de já ter feito um debate sobre o financiamento do processo da reconstrução e estando, como está, o processo a minguar dia a dia, a parar lentamente, não fixasse uma posição política relativamente a esta questão. Daí que vamos votar favoravelmente o pedido de urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD vai abster-se em relação a este pedido de urgência, porque considera o debate desta resolução intempestivo, pelos argumentos expostos e de forma cumulativa.

É tardio, porque este assunto para ter verdadeira eficácia, devia ter sido debatido ainda no mandato do anterior Governo do Partido Socialista, para que houvesse uma planificação plurianual de solidariedade nacional.

É também intempestivo por ser cedo de mais, porque entretanto ficamos a aguardar um esclarecimento por parte do actual Governo da República sobre o seu processo de solidariedade nacional.

Todavia, porque não nos eximimos a este debate e às nossas convicções sobre o processo da reconstrução, não deixaremos de viabilizar, com a nossa abstenção, o debate desta proposta de resolução.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP vai votar contra este pedido de urgência e por diversas razões, muitas delas já tornadas públicas pelo Grupo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Parlamentar a algum tempo a trás, sendo a primeira por uma questão de oportunidade, que é isso que está a ser apreciado aqui.

O Parlamento deveria ter tomado uma posição em tempo mais útil, por forma a servir de suporte às próprias diligências e à actuação do Governo Regional dos Açores, o que se poderia compreender, mas o Governo Regional desencadeou todo esse processo sem entender que deveria recorrer ao apoio e à solidariedade, ao peso político institucional deste Parlamento. Portanto, sempre o dispensou.

Como sabemos, a estas horas, o Governo da República, em documentos próprios, independentemente de uma posição específica sobre esta matéria, já está a apresentar os seus compromissos para o país e certamente para a Região, relativamente a 2003.

Neste momento, a situação pode já estar eventualmente esclarecida e podemos estar aqui a analisar, no desconhecimento de realidades, que seriam indispensáveis para um pronunciamento consciente.

Usando a linha de orientação que tem sido apanágio do Partido Socialista, ele apela sempre para que não se tomem decisões, muito menos em matéria de recomendação, sem que se tenha conhecimento da situação actual.

Termino, porque se trata de uma figura justificativa da urgência ou não do processo, dizendo que, sob o nosso ponto de vista, o processo só ganharia se a Assembleia ao pronunciar-se sobre essas situações, tivesse consciência do que estava a fazer.

Neste momento, parece-nos que não tem os elementos básicos para uma decisão.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Uso a palavra na qualidade de proponente, para esclarecer qual o posicionamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação a alguns dos argumentos que foram aduzidos, nomeadamente por aqueles partidos que no caso do PP assumiu uma posição clara, com argumentos claros para votar contra, coisa que não acontece no PSD.

Em relação ao PSD parece-me notória a contradição em que cai e que consegue juntar no mesmo motivo para se abster, algo tão interessante como abstém-se porque considera que é tarde de mais e devia ter sido discutido no Governo da República anterior, mas também se abstém porque considera que é cedo de mais.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Nas circunstâncias actuais. Isso não é uma coisa assim tão complicada de perceber!

O Orador: Isso só prova que o PSD ainda não se conseguiu desenvencilhar do enredo em que se meteu nesta questão.

Relativamente ao PP, que veio com o argumento de que o Governo Regional já devia ter vindo a esta Assembleia, permita-me que discorde, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. O Governo Regional tem mantido contacto com esta Assembleia sobre esta matéria e recordo-lhe apenas a reunião conjunta das Comissões de Economia e de Acompanhamento da actividade governativa, no dia 20 de Junho, em que permitiu ao Governo explicar a situação, para além de todos os contactos que mantém.

Eu não quero de forma nenhuma polemizar à volta da questão do pedido de urgência, mas achei a necessidade de, como entidade proponente, dar o nosso posicionamento relativamente a argumentos que foram apresentados pelos partidos que discordam da nossa proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu pedi para fazer uma segunda intervenção porque tenho ideia de que é necessário chamar a atenção para um aspecto importantíssimo.

Numa perspectiva alega-se que é tarde de mais e noutra perspectiva alega-se que é cedo de mais. Na perspectiva real e concreta que os cidadãos se deparam todos os dias, em que estão a ver os andaimes a ser desmontados, as máquinas a ser retiradas e os trabalhadores a embarcar, só se pode impor à Assembleia Regional que defina uma posição. É importante que seja agora, porque o processo está a parar e o caso está a desenvolver-se.

Não podemos embrenhar esta situação numa teia de argumentações políticas contraditórias. Essa contradição é gerada pelos interesses contraditórios políticos em causa, porque nós estamos a tratar de um problema que tem, a ver primeiro lugar com pessoas, com os sinistrados.

É necessário que a Assembleia Regional tome uma posição, que funcione como órgão político que tem legitimidade, direito e dever de exercer pressão sobre outros órgãos políticos que têm que contribuir para a resolução desta situação.

Se nós não apresentássemos uma resolução nesta sessão estávamos a ter uma omissão gravíssima no que respeita ao nosso papel político.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (*PS*): Já se esqueceram das velhinhas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para confirmar a justeza dos nossos argumentos, aliás, reconhecidos pelo Deputado Decq Mota.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De facto, há perspectivas que fundamentam e bem a nossa convicção, de que esta discussão e resolução proposta pelo PS é tardia, como também há várias perspectivas e bons fundamentos para perceber que ela é antecipada, porque ainda não temos conhecimento do que pode ser a manifestação de solidariedade nacional pelo Governo da República.

O que preocupa o PSD é o caso real dos sinistrados e das pessoas. Nós definimos, desde logo, a nossa disponibilidade para viabilizar com a abstenção.

Sobre a proposta em concreto, temos propostas de alteração para fazer um debate que se vire para a satisfação das necessidades concretas dos sinistrados e de uma posição firme por parte da Região Autónoma dos Açores quanto à resolução que importa encontrar para a reconstrução.

Quanto a essa matéria não haja qualquer dúvida sobre aquele que é o grande desiderato por parte do Partido Social Democrata no debate do processo da reconstrução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgamos que a nossa posição está claramente revelada. Aliás, as palavras do Sr. Deputado Vasco Cordeiro são reconhecedoras desse facto, mas permitam-me que me dirija particularmente ao Sr. Deputado José Decq Mota, ilustre líder parlamentar do PCP, tendo presente algumas insistências que ele tem feito, as quais subscrevo, de que efectivamente essa matéria deve ser conduzida com toda a seriedade política, com toda a lisura e transparência, porque estão em causa as pessoas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os objectivos partidários e eleitorais, relativamente a 2004, ficam na gaveta e cada força política tem que se esforçar por ser o menos eleitoralmente interessada nos pontos de vista que aqui aborda.

Se me permite, Sr. Deputado, respeitando toda a argumentação apresentada, parece-me que agora não é a altura para estar, insistentemente, referindo que há uns que estão muito interessados nos sinistrados e têm em conta toda a situação do terreno, ou seja, de que as obras estão parando e que os empreiteiros estão caminhando.

Todo esse processo dramático que o Sr. Deputado de vez em quando traz com toda a legitimidade a esta Casa, é compreensível, porque antes de mais também é representante directo do círculo eleitoral que está aqui em causa, mas permita-me referir que todos nós temos pautado a nossas posturas, tanto nesta matéria como noutras, com idêntica motivação, zelo e, sobretudo, com a preocupação de encontrar a melhor forma de resolver este grave problema da Região, nomeadamente dos sinistrados do Faial e do Pico.

Gostaria de registar isto, porque alguém distraído podia ficar com a ideia de que apenas a perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e as palavras do Sr. Deputado José Decq Mota, é que revelavam interesse e preocupação por essas pessoas e não tinham interesse partidário nisso. Posso dizer-lhe que nesse ponto de vista eu tenho muito menos interesse partidário do que V. Exa..

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Popular, anunciamos e vamos votar simbolicamente, porque não vamos impedir o processo de urgência, mas, com toda a legitimidade, queremos dar conta que, para nós, a melhor forma de defender desde logo os sinistrados interessados directamente e a Região Autónoma dos Açores que, no fundo, é a grande interessada e responsável



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pela boa continuação do processo de reconstrução, seria, na nossa perspectiva, não dar o processo de urgência a esta matéria. Ele devia seguir o processo normal.

Ele devia ter sido apresentado há muito mais tempo.

Não é o facto de ter havido sempre diálogo entre o Governo e a Assembleia que ela existiu uma ou outra vez por vontade do Governo. Reconheçamos que em 99% dos casos, foi por iniciativa desta Assembleia, e sobretudo pela grande tarefa e diria mesmo a histórica tarefa da Comissão de Acompanhamento do Sismo. Isto só revela que o facto deste Parlamento ter tido necessidade de ter uma intervenção tão notória e empenhada em todo este processo, é a prova de que o Governo falhou e descorou excessivamente neste âmbito.

A Assembleia, a sua Comissão e os seus membros têm saído sempre de parabéns, mas o Governo tem saído sempre penalizado porque o óptimo seria que este Parlamento tivesse tido menos interferência na defesa dos sinistrados.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, recordo que estamos a debater um processo de urgência. Os senhores têm que acompanhar o Regimento.

Eu estou considerando só um representante de um grupo parlamentar até a um limite de 15 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu pretendia apenas prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e à Câmara, atendendo a que fui legitimamente visado. Não pretendo fazer nenhuma espécie de polémica.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em primeiro lugar, queria esclarecer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que o meu empenho em toda esta questão da reconstrução e do sismo, é o empenho que deriva das funções políticas que exerço, naturalmente pelo facto de ser deputado, mas corresponde, na minha óptica, ao exercício de um dever pelo facto de ser deputado que representa directamente sinistrados.

O empenhamento é total, completo, diário, tem vários anos e vai continuar assim, porque é essa a minha obrigação. Não tem nada a ver com resultados de 2004, nem de 2030, nem de ano nenhum. Tem a ver com a minha obrigação de interventor que foi escolhido por aqueles cidadãos.

Em segundo lugar, eu constato das palavras de V. Exa., Sr. Deputado, que se o seu partido tivesse a maioria nesta Câmara, nós não discutíamos nesta Sessão de Setembro o problema do financiamento da reconstrução.

Partindo do princípio que havia a rotura que houve agora, nós não discutíamos. Ficávamos à espera de notícias do Sr. Primeiro-Ministro e da Sra. Ministra das Finanças. Nós não fixávamos uma posição política nesta Assembleia sobre este problema; nós não definíamos as prioridades, nós não propúnhamos nada. Isso era inaceitável.

Eu não consigo perceber como é que se pode imaginar que esta Assembleia passasse esta Sessão e ficasse pela ideia que talvez alguns quisessem e que até titulou um jornal, de que havia discussões inconclusivas.

Não vão haver discussões inconclusivas porque vai haver uma posição fixada.

Alguém pretende que haja discussões inconclusivas?

O Grupo Parlamentar do PCP não pretende.

Fica esclarecido.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Victor Cruz (*PSD*): É por isso que devia ter vindo mais cedo!

Presidente: Srs. Deputados vamos passar à votação.

A Conferência de Líderes reuniu ontem e achou por bem submeter à Assembleia o seguinte:

Para a Proposta de Resolução haverá uma intervenção de cada Grupo Parlamentar.

Nas situações em que exista propostas de alteração, o proponente pode fazer duas intervenções.

O primeiro proponente da proposta também pode fazer duas intervenções.

Nos termos do artigo 160º, eu gostava que esta votação tivesse este entendimento: dispensa de exame em Comissão e redução do número de intervenções.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão e com a redução do número de intervenções, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 2 votos contra do PP e registou 17 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos entre 5 a 10 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.



(Eram 11 horas e 50 minutos)

Vamos iniciar o debate da Proposta de Resolução sobre o “Financiamento da Reconstrução”.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma Proposta de Resolução que visa ser o corolário lógico de todo o debate que temos vindo a travar nesta Assembleia, relativamente ao financiamento da reconstrução. Este debate surgiu na sequência da comunicação do Sr. Presidente do Governo sobre o financiamento da reconstrução e permitiu, em nossa opinião, esclarecer e tornar mais claro um conjunto de situações sobre o financiamento da reconstrução, o ponto onde estamos e as necessidades com que somos confrontados neste momento.

Se é certo que no final da sua comunicação o Sr. Presidente do Governo convidou esta Assembleia a pronunciar-se de uma forma inequívoca sobre esta matéria, importa referir neste momento que a própria Assembleia, ao longo destes anos, desde a ocorrência do sismo, tem vindo a manter um acompanhamento aturado e cuidadoso sobre essa matéria.

Este facto releva para realçar e reforçar, quanto a nós, a legitimidade – se é que essa discussão alguma vez poderia ser colocada – da Assembleia Legislativa Regional em abordar de forma frontal e clara esta matéria.

Muito simplesmente e sem pretender repetir toda a discussão que já se realizou neste plenário na sequência da referida comunicação, há uma pergunta – por mais que tentemos ou alguns partidos da oposição tentem, não é possível iludir – que se coloca neste momento: é ou não justo, deve ou não ocorrer, a manutenção da solidariedade nacional como vinha



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

acontecendo até Março de 2002? É esta pergunta concreta que esta Assembleia, em nossa opinião, deve dar resposta. Deve dar resposta na perspectiva do Grupo Parlamentar do PS, nos termos em que estão vertidos nesta Proposta de Resolução.

Existem questões que são importantes reafirmar neste momento, questões essenciais do ponto de vista de consideração e de como nos posicionamos em todo este processo.

Permitam-me, porém, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realçar um outro aspecto.

O que estamos aqui a abordar não é apenas uma questão de reconstrução ou de financiamento. O acto que esta Assembleia, neste momento, está a tratar, tem impacto que vai muito para além de uma mera questão do seu objecto imediato.

Há momentos em que se impõe tomadas de posição claras, relativamente a aspectos fundamentais da nossa autonomia e da forma como se deve processar o relacionamento entre a Região e o Estado. Este é um desses momentos.

Não se pode admitir respostas titubiantes. Não se pode admitir respostas que tentem, com aspectos importantes, é certo, mas acessórios neste momento, fugir ao essencial.

Na nossa opinião, quem não for capaz de assumir uma resposta clara e frontal a esta matéria; quem não for capaz de dar uma resposta que não defraude expectativas legitimamente existentes, não está a prestar um bom serviço à autonomia.

Nesta perspectiva, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parece-me essencial uma referência ao tom desta Proposta de Resolução, no qual houve especial cuidado.



Nesta Proposta de Resolução não se exige, exactamente para evitar aquela ideia falsamente alimentada de que esta seria uma reivindicação contra o Governo da República. Esta não é uma reivindicação contra o Governo da República. Esta é uma reivindicação pelos Açores ao Governo da República. Este é um aspecto essencial que é importante tornar claro.

Nessa perspectiva cai por base a tentativa de transformar este assunto numa qualquer guerrilha, num qualquer procedimento de ataque.

Em nossa opinião, o Governo Regional tem tido uma procedimento, em relação ao Governo da República, exemplar. Tem colocado questões pertinentes com a firmeza que sempre o caracterizou no relacionamento com a República, repito, (que sempre o caracterizou no relacionamento com a República).

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Pode repetir 50 vezes que ninguém acredita!

O Orador: O Sr. Deputado Joaquim Machado já tem idade e felizmente educação, para se comportar de outra maneira.

Em relação a esta Proposta de Resolução coloca-se aqui um aspecto essencial relativamente ao tom. O tom desta Proposta de Resolução é o de demonstrar aos órgãos de soberania a necessidade e a premência que existe de uma tomada de posição clara sobre esta matéria.

Há recomendações, há o reafirmar de determinado tipo de perspectivas por esta Assembleia. Há também – e este é um aspecto essencial – apoio ao Governo Regional nesta questão.

A proposta não pretende ofender o direito da oposição, mas nesta matéria entendemos que a Assembleia Legislativa Regional deve estar unida sobre esta questão da solidariedade nacional.



Resumindo e salientando os aspectos fundamentais para o Partido Socialista sobre esta matéria:

1- A proposta surge porque houve e há a necessidade de num tempo adequado e oportuno, enquanto decorre um processo de decisão do Governo da República, haver uma manifestação de vontade do órgão máximo da autonomia;

2 – Esta Assembleia tem o direito e o dever de se pronunciar de forma clara sobre a questão concreta que aqui é colocada: há ou não a aceitação tácita, ou nalguns casos a aceitação expressa, da interrupção da solidariedade da República para com os Açores, em relação ao sismo?

3 – Esta não é uma Proposta de Resolução que vise alimentar um clima de guerrilha contra a República.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naquilo que aqui se apresenta colocou-se um cuidado extremo na sua formulação exactamente para evitar este tipo.

A questão da exigência é um aspecto que dá bem nota disso.

4 – O Grupo Parlamentar do PS entende importante realçar neste momento que, de uma forma clara, esta Assembleia e todos os partidos da oposição, deverão pronunciar-se sobre essa questão e deverão considerar igualmente a necessidade deste trabalho e desta reivindicação continuar, manifestando uma concordância com as medidas tomadas e a tomar pelo Governo Regional nesta matéria.

Se assim for, entendemos que esta Assembleia cumpriu o seu papel, manifestou a sua vontade e este é talvez, nesta fase do processo, um dos aspectos fundamentais para prestigiar a autonomia e para dignificar o exercício da função parlamentar.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para...?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Para interpelar a Mesa.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Eu pretendo uma explicação de V. Exa., Sr. Presidente.

Durante a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, fiz o seguinte aparte, que no meu entender é regimental: “pode repetir 50 vezes que ninguém acredita”.

Pergunto a V. Exa. se este aparte, no seu conteúdo ou na sua forma, tem alguma coisa que não seja regimental ou de falta de educação, para saber que pedido vou fazer para usar da palavra.

Presidente: É evidente que os apartes são regimentais. Portanto, não vejo que exista algum problema.

A pessoa que é objecto do aparte reage da maneira que entende e as coisas prosseguem normalmente. Acho que não vale a pena fazer uma “tempestade”, por causa de uma coisa que não tem importância nenhuma.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Muito obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra e por ter feito a interpretação que eu também fiz do aparte proferido.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu já tenho idade e tenho a educação...

Presidente: Sr. Deputado, isso aí já não é um aparte. Isso já é uma explicação.

O Orador: É defesa da honra.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: O senhor pediu a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Orador: Depois da explicação da Mesa, eu pedi a palavra para defesa da honra, por aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, relativamente à minha idade e à minha educação. Acho que fui ofendido na minha honra e gostaria de defendê-la.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Era só para dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que eu só me deixo ofender por quem quero.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Mas está a fazer o contrário!

O Orador: De facto, tenho idade e educação para me saber comportar, aqui ou em qualquer lugar.

Infelizmente, da sua parte, quando na sua bancada rasgaram papéis com iniciativas da oposição e quando prometeram bater na cara, o senhor nem sequer teve o bom senso de se levantar e pedir desculpa em nome desses Deputados.

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): Ainda não cumpriram!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu peço a palavra ao abrigo do artigo 104, nº 2 que diz que “o autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a 3 minutos”.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Joaquim Machado:

“Tantas vezes vai o cântaro à fonte que uma vez deixa lá a asa”.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): *Muito bem!*

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Eu digo o mesmo!

Presidente: Sanado o incidente, podemos voltar ao essencial do nosso debate.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro referiu aqui que esta iniciativa era o corolário lógico do debate sobre a reconstrução.

Eu diria que esta iniciativa é o corolário lógico e a tentativa de parlamentarização de uma guerra partidária que o Governo e o Partido Socialista iniciaram para com o Governo da República e, neste momento, pretendem envolver o Parlamento Regional

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Devo dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que a solidariedade nacional não deixou de ter expressão a partir de Março de 2002.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Então onde é que ela está?

O Orador: Pode até dizer-se que a partir de final de 2000, quando foi aprovado o Orçamento para 2001, ela deixou de ter expressão, porque no Orçamento de 2002, no tempo do Governo de António Guterres, que foi aprovado no final de 2001, já não se falou nesta matéria.

Se quisermos fazer a história deste processo, podemos dizer que desde final de 2000 essa expressão não se verificou em termos dos documentos, atempadamente, apresentados e aprovados pelo Governo da República na Assembleia da República.

Em terceiro lugar, gostaria de lhe dizer que à pergunta que coloca se é justo ou não a solidariedade, a resposta é novamente “sim, é justo”, a resposta é novamente “sim, já foi dada”!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Mas não disseram isso!

O Orador: Apesar dos números da reconstrução continuarem sem ser clara e convincentemente explicados, nós entendemos que essa expressão de solidariedade se deve revestir no mesmo peso que tem vindo, historicamente, a ter relativamente ao processo da reconstrução. Esse é o nosso entendimento, essa é a luta que fazemos, pelos meios correctos, defendendo os interesses dos Açores sem estar a utilizar os interesses e os problemas de alguns açorianos para fazer uma guerrilha partidária ao Governo da República que tem 5 meses de existência, enquanto que os senhores já têm 4 anos e meio de reconstrução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos a falar de um processo controverso quase desde o seu começo.

Os sinistrados, forças vivas da sociedade civil, e partidos políticos desde o início se pronunciaram criticamente em relação ao processo da reconstrução.

O Governo sempre negou qualquer problema.

Em 1999 e 2000, às críticas acerca das demoras na reconstrução, o Governo respondia que tal se devia à necessidade de planeamento rigoroso para que o processo pudesse decorrer da melhor e mais eficiente forma.

Tanto rigor! Tanto planeamento! Para quê?

Em 2001, às críticas de obras mal executados, pagamentos em atraso e incompreensíveis definições de prioridades, o Governo disparou para todo o lado, desde logo sobre os próprios sinistrados, Autarcas e Empresas.

Faço lembrar que era nas empresas que estão a trabalhar na reconstrução, algumas que nessa altura se criticava por fazerem obras mal feitas, por não pagarem aos funcionários no ano de 2001, que o Governo punha sempre as culpas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É preciso lembrar que até essas empresas, todas elas que estão a trabalhar na reconstrução, estão a trabalhar a convite do Governo Regional, ao abrigo das disposições que o Governo da República aprovou para facilitar os processos de concurso.

Ora é preciso esclarecer sobre a total responsabilidade deste processo, das suas decisões e consequências.

O Decreto Legislativo Regional 15-A/98/A que enquadra os apoios para a reconstrução foi aprovado por unanimidade nesta Casa e cumpre as promessas feitas aos sinistrados pelo Secretário da Habitação, em Conferência de Imprensa no início de Agosto de 1998.

Já agora devo dizer que é estranho não estar aqui nem o Sr. Secretário, nem o Sr. Presidente do Governo, porque este processo era tão importante para eles e para o Governo Regional...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e neste momento não se encontra nem um membro do Governo nesta Sala.

Se isto é, de facto, segundo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o corolário de todo este processo, por que é que eles não estão aqui?

Se isto é o corolário de todo este processo, por que razão a RTP, a RDP e todos os órgãos de comunicação social não estão aqui? Porque o Sr. Presidente hoje não vai falar?

Se é o corolário de todo este processo têm que estar, com a mesma atenção, com o mesmo empenhamento, deputados, órgãos de comunicação social, público em geral e especialmente o Governo a discutir este assunto.

Nessa altura, em 98, o Sr. Secretário além de distribuir quadros com os apoios a conceder, quadros esses que estão transcritos com exactidão no diploma em causa, já dizia que a grande fatia da contribuição destinar-se-ia



aos agregados familiares com um rendimento inferior a 85.000 escudos mensais e que seriam a esmagadora maioria, isto é, de 80 a 90% da população afectada, segundo o Secretário José Contente.

Dizia então o Sr. Secretário José Contente que o apoio de 100 % a esta grande maioria “demonstra a intenção e o empenho do executivo açoriano de resolver os problemas habitacionais resultantes da catástrofe”.

Dizia mais, o Sr. Secretário nessa conferência de imprensa: que o Governo iria apoiar também os arrendatários com o objectivo de poderem passar a ter uma casa nova ou, em alternativa recuperar a que estavam a habitar, mas com o compromisso do proprietário mantê-la alugada à mesma pessoa. Quer isto significar que nada de novo o diploma dispôs face aos compromissos públicos do executivo perante os sinistrados.

O que o diploma não prevê é a forma como foi implantado no terreno todo o processo. Essa responsabilidade cabe, naturalmente, ao executivo e em relação a esta matéria, na mesma conferência de imprensa o Secretário José Contente já definia que não ia dar dinheiro às pessoas para recuperação das casas, mas iria sim entregar as obras prontas através de empreitadas.

Os sinistrados foram ameaçados pelo CPR de perder apoios se avançassem por si só.

As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia foram afastadas do processo.

O Governo quis chamar tudo a si e substituir-se às pessoas.

Nos dias seguintes à aprovação do Decreto Legislativo Regional 15-A/98/A, o Presidente do Governo dizia que a reconstrução demoraria 2 a 3 anos, portanto nesta perspectiva estaria concluída no máximo até ao fim de 2001.



Das estimativas iniciais, nas contas do Governo a reconstrução custaria 25 milhões de contos. Em final de 2000 já se havia chegado aos 40 milhões e em Junho de 2002 aos 45 milhões e agora aos 47 milhões (isto na antiga moeda para que todos possamos avaliar melhor os valores e as dimensões em causa).

Em 10 de Julho de 2000 o Presidente do Governo dizia que a reconstrução iria custar 25 milhões de contos e que já estavam resolvidos 40% dos casos, isto é, dos 3.179 casos, já 1060 estariam com o seu caso resolvido (Açoriano Oriental).

Nessa altura Carlos César dizia que o Governo iria manter um esforço de 7/8 milhões de contos por ano com a reconstrução.

Se verificarmos, o que foi executado em 2001 e o que foi planeado em 2002, isto é, logo pouco depois do Sr. Presidente do Governo ter prometido 7 ou 8 milhões de contos por ano, vemos que só em 2001 e 2002 o que foi executado e posto no Plano para cumprir com o processo de reconstrução, já há uma diferença de cerca de 6 milhões de contos, face à promessa do Sr. Secretário.

O Executivo fala agora em 20 milhões de contos já gastos e que faltam mais 27 milhões.

Mas em 31 de Janeiro de 2001 em relatório do C.P.R., que consta dos arquivos desta Casa, pode ler-se que, nessa altura, já existia um montante global investido de 26.762.000 contos.

Mas a discrepância e a estranheza nos números não se fica por aqui.

O Governo diz que gastou cerca de 13 milhões de contos com apoios para os primeiros 1860 casos, ou seja 67% da totalidade das intervenções e diz agora que necessita 27 milhões de contos, para terminar o processo, isto é, para 33%, ou seja, para 1310 casos.



Quer dizer que, apenas para a reconstrução habitacional, o Governo diz precisar, para 1/3 dos casos, o dobro do que gastou em 2/3.

Interessante também será verificar que quando o Governo diz que a reconstrução está em “fase de cruzeiro” e que as empreitadas correm em bom ritmo, é nessa altura, mais precisamente no plano de 2002, que se verifica uma inflexão nas verbas previstas nos Planos para a reconstrução.

Até 2000 as verbas para a reconstrução, no Plano subiram, atingindo nesse ano 5,166 milhões de contos, isto é 11,26% do plano.

Em 2001 os valores absolutos executados já desceram, embora com uma subida percentual no Plano global e, em 2002, decrescem para 4,6 milhões de contos e para menos de 10% do valor global do Plano, quando o Sr. Presidente do Governo fala numa média de 16,4% do Plano para Calamidades.

O PSD fez uma proposta de alteração ao Plano de 2002 no valor de 1,4 milhões de contos para repor a verba que estava prevista no Plano a Médio Prazo (PMP) e que foi reduzida no Plano de 2002.

O PS chumbou esta proposta com a argumentação de que as verbas que estavam orçamentadas eram suficientes embora os cortes para as calamidades (25%) fossem bem maiores do que noutros sectores.

Aliás o Sr. Secretário das Finanças afirmou no seu discurso, na altura da discussão do Plano para 2002, que tinha as verbas no orçamento para cobrir todas as necessidades.

Quanto à verba dos 4 milhões de contos prometida por António Guterres em 1999, nem no Orçamento de 99, nem no de 2000, nem no de 2001, nem no de 2002 e nem nos rectificativos tal verba foi colocada, nem sequer falada, nunca constando também dos orçamentos regionais.



De resto, em 2001 não foram executados 14% das verbas das Calamidades, enquanto que no turismo e na educação o corte foi de 2%, na energia 9% e na comunicação social foi de 13%.

Mas em 2002 os números de novo provam que a reconstrução continua a não ser uma prioridade para este Governo pois as Calamidades sofreram um corte de 21% face ao previsto no PMP, enquanto que para o desenvolvimento Florestal houve um aumento de 8% (assim como nas pescas), o Turismo também aumenta 12%, os equipamentos públicos tiveram um aumento de 4% e até a comunicação social não teve corte e a Cooperação Externa teve um corte de apenas 3%.

Nada disto teve a ver com Durão Barroso, que tem apenas 5 meses.

Nunca se perceberam bem as prioridades deste Governo, nem se percebem agora, quando diz estar com dificuldades financeiras na reconstrução.

Teve de haver uma mudança de cor no Governo da República para que, de repente, se descobrisse que faltavam 17 milhões de contos de fundos para concluir a reconstrução.

Quatro anos após o sismo e quando o valor das verbas para a reconstrução tem vindo a decrescer nos Planos por iniciativa do Governo, é agora que se revela que, embora dotando os Planos com menos dinheiros, o Governo diz que o processo vai custar mais.

Entretanto acerca das reclamações dos pagamentos em atraso aos empreiteiros, o Governo sempre negou as evidências, mas depois do Governo da República já não ser do seu partido, já assume que há pagamentos em atraso, razão pela qual terá gasto boa parte das verbas de 2002 pagando dívidas de 2001 que estavam em atraso. Será certamente essa a razão por que em Abril deste ano mais de 50% das verbas de 2002 já estavam executadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por outro lado, a opção inicial de se substituir às pessoas, querendo fazer tudo por empreitadas e afastando a natural vocação dos açorianos de recompor o que as calamidades levaram, levou a encargos enormes com o processo.

Do relatório do CPR que se encontra nesta Casa, de 31 de Janeiro de 2001, pode também concluir-se que a média despendida pela Região com os casos de administração directa é de cerca de _ da média que se gasta com cada caso das empreitadas.

Não quer isto dizer que se a opção tivesse sido outra que se teria gasto apenas _ do que se gastou, mas com outras opções, com outro rigor, com outro planeamento, com o evitar de dispêndios supérfluos que já foram bastas vezes aqui evidenciados, o dispêndio global seria certamente muito menor.

Só com projectos pagos a gabinetes constata-se nos relatórios do CPR que estes custaram de 600 a 1100 contos por unidade, para gabinetes que os fizeram às dezenas e até às centenas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se todos os problemas da reconstrução eram negados, se todas as críticas eram desvalorizadas, depois da mudança do Governo da República, o Governo Regional viu em tal situação a “tábua de salvação” para a desresponsabilização acerca do processo e o disfarce de todos os problemas das finanças regionais.

Por nós a reconstrução não pára.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi isso que o Dr. Victor Cruz disse!

O Orador: A reconstrução só pára se o Governo quiser.

Embora não se possa simplificar e passar um pano sobre toda a incapacidade de planeamento, falta de rigor e despesismo, o que não pode



acontecer é deixarmos de encontrar as soluções já que os sinistrados não têm culpa de nada disto.

E a solução tem de passar pela solidariedade nacional, que está garantida como já sabemos.

A solução também passa pela solidariedade regional e por uma outra definição de prioridades.

E tudo isso não invalida, que as contas sejam clarificadas.

É preciso que os sinistrados e os Açorianos percebam cabalmente porque razão é que 4 anos após o sismo se descobriu um buraco de 17 milhões de contos. As explicações dadas até agora não são completas nem convincentes.

Temos de perceber por que razão é que, 4 anos após o sismo, quando faltam dois para a conclusão e com mais de metade das obras feitas, se diz que faltam 27 milhões de contos para gastos na reconstrução de habitações, enquanto que nestas mesmas obras terão sido gastos 13 milhões de contos até agora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à Resolução que agora apreciamos, é necessário esclarecer o seguinte:

1. O PSD entende que, paralelamente com o cabal esclarecimento e explicação do buraco que o Governo descobriu recentemente, há que encontrar soluções, pois que os menos culpados são os sinistrados e são estes, particularmente os mais idosos, que mais sofrem com a demora do processo que se dizia que ia durar dois ou três anos e agora o Governo diz que vai demorar 6 anos.

Há pois que encontrar soluções para que a reconstrução possa terminar nos prazos mais recentemente definidos pelo Governo.



2. A questão do “timing” cruza-se com as questões financeiras.

Há que compaginar a solidariedade nacional, com a solidariedade regional.

A solidariedade nacional de que brevemente conheceremos os contornos está, como se sabe, garantida num esquema plurianual que se desenvolverá até 2006.

A solidariedade Regional conforme foi dito pelo Presidente do Governo e reafirmada por todos, naturalmente, está também assegurada.

Existem pois condições para que, a breve trecho se possam identificar todas as variáveis que têm de ser consideradas para que os sinistrados não esperem para além das mais recentes expectativas.

Isto é, para terminar a reconstrução até final de 2004, com expressão financeira ainda em 2005, há que adaptar os prazos, as fontes de financiamento e redefinir todo o envolvimento do processo.

3. O PSD, tendo em conta que no início da próxima semana teremos uma das componentes em causa esclarecida, nomeadamente, a solidariedade do Governo da República, não entende alguns dos pontos desta Resolução.

Ela vem a destempo por duas razões:

Primeiro, porque estamos no último trimestre do ano de 2002, ano em que nem o Governo da República de António Guterres não colocou no orçamento os 4 milhões de contos que tinha prometido desde 1999, nem o Governo Regional o colocou no orçamento Regional tal verba, tendo sempre afirmado que tinha dinheiro suficiente, chegando o PS a chumbar uma proposta do PSD para reforçar verbas do sismo.

Segundo, porque estamos a poucos dias de saber de que forma se revistará a solidariedade nacional.



4. Esta proposta concretamente no seu ponto 3 é uma provocação desnecessária que quer parlamentarizar a guerrilha partidária desenvolvida nos últimos tempos pelo PS.

5. O PSD entende e reafirma a sua posição relativamente à necessidade da solidariedade nacional compatível e tendo em conta o que é o seu histórico e o que são as necessidades referidas pelo Governo. Não é de mais vincar esta questão. É preciso que isto fique claramente esclarecido.

Não podemos, no entanto, aprovar esta Resolução tal como foi apresentada na medida em que, embora relevando questões importantes, é excessiva e, no actual contexto, extemporânea, acabando mais por ser um voto de protesto contra algo que se revelará em breves dias e que ainda não se conhece, arrastando desnecessariamente a Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o caminho da luta partidária em que o PS /Açores se envolveu contra o Governo da República.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós estamos no debate de uma Proposta de Resolução sobre uma matéria da qual já conhecemos o posicionamento fundamental das forças em presença e, por já ser conhecido, eu iria procurar não ser repetitivo mas tentar tratar ou referenciar aquilo que me parecem ser os pontos determinantes e fundamentais para a compreensão da posição do meu Grupo Parlamentar e da visão global que temos sobre este problema.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na nossa óptica nós não estamos a discutir o processo de reconstrução tal qual é desenvolvido pela administração regional. Se tivéssemos, eu estaria aqui certamente com um lote muito grande de opiniões e de observações que penso não serem adequadas neste momento, porque não estamos a discutir isso.

Neste momento, estamos a discutir a questão da solidariedade nacional, de se saber sim ou não a um ritmo de financiamento da República a prestar à reconstrução, se deve manter-se, deve ser alterado ou interrompido.

Quando estamos a discutir isto, gostaria de dizer com toda a clareza e humildade, porque é aquilo que eu penso, que estamos a discutir um problema central da autonomia.

A separação destes dois níveis constitui um problema central da autonomia. A solidariedade nacional é devida. A gestão dos recursos internos compete aos órgãos de governo próprio da Região.

A solidariedade nacional não pode ser condicionada em função da forma com se governa dentro, da forma como se os órgãos eleitos cá decidam os problemas.

Nesta perspectiva temos dois planos completamente distintos. Não se pode aprovar que há mais ou menos solidariedade em função de se gostar mais ou gostar menos da forma como ela é entregue. Isto é o cerne do sistema autonómico. O sistema autonómico determina-se assim.

Os Srs. Deputados das bancadas do PSD e do PP podem dizer que o processo não foi bem conduzido pelo Governo Regional em relação a esta Assembleia.

A bancada do PSD acabou de dizer que o Governo da República não inscreveu nos Orçamentos de Estado as verbas mas foi transferindo ao longo dos anos. A verba para 2002 era uma verba reservada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É verdade. Podem dizer que o processo nesse aspecto foi mal conduzido. Foi mal conduzido, eu já o afirmei e reafirmo, mas a solidariedade nacional existiu e é quantificada. Saiu das dotações provisionais em 3 anos, saiu da transferência de fundos comunitários num outro ano.

Do ponto de vista institucional foi mal tratado. Possivelmente foi.

Com certeza que esse programa plurianual teria que ter existido e esta Assembleia deveria ter-se pronunciado sobre ele. Com certeza que sim.

Não foi isso que aconteceu.

Aconteceu um aspecto parcelar e importante que é a existência da solidariedade nacional. Esse financiamento entrou nas contas da reconstrução do lado da receita.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Quem é que disse não ia existir agora?

O Orador: O problema é que no ano 2002 não existiu, respondendo ao aparte do Sr. Deputado Paulo Gusmão e daí ter havido a rotura. É tão simples como isso.

Há pagamentos em atrasos aos empreiteiros? Há, sim senhor e é por isso que o processo está a parar. Houve rotura porque essa solidariedade de 2002 não existiu.

Não estava no Orçamento de Estado. Nos outros anos também não esteve, foi da dotação provisional.

Houve uma resolução do Governo cessante? Houve e foi considerada ilegal. Muito bem, podia ser legalizada, mas não foi.

Em Maio foi transmitido à Região Autónoma dos Açores que não havia.

Em Maio do presente ano foi transmitido ao Governo Regional dos Açores que essa solidariedade este ano não ia existir e que parte dela seria reposta no próximo ano.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Houve uma rotura nessa solidariedade. Este é um ponto essencial, porque foi isso que levou à rotura financeira do processo.

Neste momento, se essa verba tivesse sido transferida, o processo estava em curso. Sabendo-se que era necessário que ela se mantivesse em 2003 e em 2004 e mesmo assim faltavam 5 milhões de contos, hoje não tínhamos esta situação. Aqui é que está o essencial do problema.

Houve má condução do processo de reconstrução no terreno por parte do Governo e por quem, no Governo, tutela o processo de reconstrução? Concordo com os Srs. Deputados que tomaram essa posição. Na nossa opinião, houve má condução em múltiplos aspectos.

Eu já levantei este problema há anos neste sítio, levantou hoje nesta sala e em toda a actividade política que desenvolvo. Há má condução. Há teimosia inaceitável, mas não é isso que nós estamos a discutir.

Nós estamos a discutir o problema de sim ou não a este processo, se ele tem que ter a solidariedade nacional e se a mesma se deve manter no ano de 2002. Nós não podemos fugir disto.

O PSD veio a este debate com uma posição que não é de fácil compreensão política por aqueles que estão na vida política e pelos açorianos.

É uma posição que condiciona – e o discurso do Sr. Deputado Duarte Freitas feito há minutos, demonstra isso mesmo – a solidariedade nacional na condução do processo. É uma concepção política que não é tradicional no PSD dos Açores.

Ela pretende legitimar a quebra já verificada com essa condução política.

Não é aceitável, do ponto de vista açoriano, tomar-se essa posição e os açorianos não podem reconhecer essa posição.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu gostava de trazer aqui uma outra situação. Hoje, na Assembleia da República, vai realizar-se uma sessão de perguntas, daquelas que o Regimento da Assembleia da República prevê.

O Grupo Parlamentar do meu partido tinha, de acordo com o Regimento, direito a fazer duas perguntas ao Governo. De acordo com o Regimento, o Governo tinha o direito de seleccionar uma das duas perguntas.

O Grupo Parlamentar do PCP, porque tem uma visão solidária deste problema, tendo presente a posição do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Regional dos Açores, resolveu propor uma pergunta sobre questões de segurança social, pelo Deputado Lino Carvalho, e outra sobre o financiamento da reconstrução pelo Deputado António Filipe.

O Governo da República do Primeiro-Ministro Durão Barroso escolheu a da segurança social. O Governo da República não quis hoje, dia 27,...

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Conhece o Regimento?

O Orador: ... informar os Deputados da Assembleia da República sobre qual a sua posição nesta questão do financiamento da reconstrução.

O Grupo Parlamentar do PSD em várias intervenções, especialmente do Sr. Presidente do PSD/Açores, ilustre e estimado colega, e do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, tem procurado sempre ter uma intervenção com o corpo da ideia e depois tem uma ponta com uma espécie de eco, na qual fica a ideia de que vão haver boas notícias. Antes de ontem e hoje já se repetiu um pouco este fenómeno.

Eu digo, “com o coração nas mãos”, espero junto convosco boas notícias.

Essas boas notícias são essenciais, porque se elas não viessem era absolutamente calamitoso para este processo e para um problema essencial que é a relação entre o Estado e a Região Autónoma. Seria uma postura inaceitável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Pelos vistos essas boas notícias estão a tardar.

Nós não nos podemos eximir ao dever político de pressionar com legitimidade, com autoridade democrática, os órgãos de soberania e, no caso vertente, o Governo da República, no sentido dessas boas notícias finalmente acontecerem.

Não o podemos fazer de forma nem hesitante, nem restritiva, nem limitada, nem condicionante ou condicionada. Temos que o fazer de acordo com aquilo que é a necessidade primeira. Daí a nossa concordância com o ponto 3 da resolução que é apresentada.

Para terminar, gostava de dizer que para nós, tal como disse há dois dias, é absolutamente essencial, quando se está a discutir o financiamento, quer seja o interno, que o faremos no plano, quer seja o financiamento de que resulta da solidariedade nacional, precisar com muito rigor o que é o processo de reconstrução.

São as empreitadas, naturalmente que sim, e estão contratualizadas. Isso é a maior parte, mas há muitos casos pendentes e por resolver que também fazem parte do processo da reconstrução e para eles tem que haver financiamento.

Todos os cálculos, contas, projecções e decisões têm que ter em conta isso. Por isso, anuncio já que haverá uma proposta de alteração do PCP em relação ao primeiro ponto da resolução, procurando definir com maior rigor e precisão o que é o processo da reconstrução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou começar por dar uma pequena nota de como nestas coisas andamos aqui no “jogo do gato e do rato”



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ouvi com muita atenção a intervenção do ilustre companheiro Deputado José Decq Mota e nunca imaginei que hoje, pela voz do Sr. Deputado, se revelasse uma falta de eficiência do seu grupo Parlamentar na Assembleia da República.

Não acreditamos que tivesse feito por ingenuidade, não o faria, nunca o fez. Também não acreditamos que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista à Assembleia da República não fosse capaz de zelar pelos seus objectivos.

Se o Grupo Parlamentar do Partido Comunista na Assembleia da República quisesse questionar o Governo da República sobre a matéria da reconstrução e se o Regimento da Assembleia da República permite que de duas perguntas o Governo escolha uma, não me parece que fosse necessário esta Assembleia deixar a sugestão de que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista, ao fazer duas perguntas sobre o problema da reconstrução, teria o Governo da República que responder sobre a questão da reconstrução.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Se é preciso esse artifício para o seu Governo falar, é bem triste!

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): E por que é que não havia de falar sobre segurança social?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi pena que não tivesse sido possível apreciar, discutir e votar esta Proposta de Resolução, logo a seguir ao debate que tivemos anteontem, como era vontade do próprio líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, segundo conversa amena que tivemos. Tinha tido mais lógica e corríamos menos o risco de sermos repetitivos.



Vou tentar dar por adquirido o que o meu Grupo Parlamentar já afirmou sobre essa matéria e vou tentar interpretar os objectivos que o Partido Socialista trouxe na apresentação desta Proposta de Resolução.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro deixou uma indicação de que, nesta matéria, queria que todos os partidos da oposição se manifestassem sobre ela. Pela nossa parte agradecemos o cuidado, a oportunidade e a atenção que teve connosco para podermos manifestar sobre essa matéria.

Nós interrogamo-nos: o que é que o Partido Socialista pretende com esta Proposta de Resolução?

O Partido Socialista alguma vez pretendeu envolver esta Assembleia, tirar o proveito legítimo, válido e útil para a Região, de ter o Parlamento dos Açores, em uníssono, a manifestar uma opinião de bom senso e aquela que corresponde ao grande interesse da Região Autónoma dos Açores?

Temos sérias dúvidas que o pretendesse.

O Partido Socialista tem estado em obediência aos seus interesses específicos, partidários e até interesses nacionais e muito menos da defesa daquilo que seriam os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Mesmo ignorando as questões de oportunidade, mesmo ignorando o que tem sido a postura do Governo e do Partido Socialista nesta matéria, como é sabido, o CDS/PP desde há 26 anos, tem tido sempre uma postura de desapoiar, desaconselhar e condenar as guerrilhas institucionais.

O Partido Socialista não pretendeu chegar a uma situação de consenso. Por que é que temos esta noção?

Como diria alguém nesta Casa, “a planta não foi regada”.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se o senhor se tivesse aconselhado com as suas assessorias agrícolas, teria cuidado da sua “plantinha”, teria a regado desde o início. Há até quem diga que falando às plantas, elas crescem. Os



senhores isolaram-se, não falaram com ninguém, guardaram a sua “bomba”. O que quiseram trazer aqui foi a “bomba relógio”.

Essa bomba relógio foi combinado com o “Big Brother”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O “Big Brother” fez a encenação. Trouxe as máquinas, a encenação foi feita e o drama foi montado. Os senhores com a “bombinha relógio”, guardadinha, pensaram que rebentavam com tudo.

Os partidos da oposição, os tais que o senhor tinha medo que pudessem manifestar-se sobre essa matéria, teriam que fugir com medo dessa resolução.

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): Ser calhar faziam como o Governo da República, escolhiam a outra pergunta, só que aqui não podem fugir!

O Orador: Escolhiam a outra pergunta? Não, pela minha parte, perante esta pergunta, nenhuma a faria substituir, porque era importante denunciar essa “cabala”.

Nós nunca perdíamos a oportunidade de mais uma vez denunciar o erro estratégico do Partido Socialista.

Então não é cultura deste Parlamento que nas matérias essenciais, nas matérias de Estado, que se dialogue, se prepare as coisas, se procure o consenso? Nós que fomos capazes de fazer Estatutos, projectos de alteração do Estatuto, coisas complexas, abandonávamos as propostas sobre sistemas eleitorais, coisas que marcam a história de cada partido e de cada projecto?

Todos nós soubemos até hoje, na altura própria, resolver os problemas.

Sempre se obteve consensos em questões difíceis de obter. Pelo amor de Deus!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Que consenso é que os senhores procuraram em relação a isto?

Acho que isto é suficiente para toda a gente de boa fé perceber que isto é uma estratégia – permitam-me humildemente dizer que foi mal concebida – para obter um escândalo político que não vão conseguir.

Finalmente, gostaria de me pronunciar e até em jeito de demonstração, da má fé. Eu não duvido da boa fé de muitos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, com toda a honestidade, mas se reflectirem bem, se pensarem bem vão ver que foram embrulhados, exactamente pelas razões metodológicas que eu acabei de referir.

É impossível obter consensos com papéis destes. Só quem está cego, só quem não pensa!

Os senhores acham que nós estávamos dispostos a aprovar o nº 3 da vossa resolução?

Eu julgo que nem dignifica quem a propõe e muito menos quem a aprova.

Esse nº 3 diz que “A Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomenda ao Governo da República...” .

Santo Deus!

Há alguém que tenha a coragem de levantar o dedo e dizer que há competência nesta Assembleia Legislativa Regional para recomendar ao Governo da República em resolução?

Pelo Santo amor de Deus!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Veja as pescas!

O Orador: Estamos a falar de uma coisa bem mais importante do que as pescas.

Estamos a falar de um processo político em que esta Assembleia não deve recomendar. Os senhores sabem melhor do que eu que a Assembleia não deve recomendar. Deve solicitar, protestar, deve fazer o que entender, mas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

não tem legitimidade institucional para recomendar ao Governo da República. Por esse caminho não vamos longe.

Os senhores pensavam que seríamos ingénuos ao ponto de apoiar o vosso ponto 2 onde referem “a Assembleia reconhece que, para o cumprimento desse calendário, a manutenção da solidariedade nacional, nos termos em que se vinha processando até Março de 2002...”. Esqueceram-se de pôr o dia, o dia em que o Partido Socialista perdeu as eleições em Portugal.

Estão a brincar com quem?

Não é assim que se trabalha com seriedade.

Ninguém pense que estamos disponíveis para enfiar, desculpem a expressão, esse tipo de “barrete”.

Isto não é uma forma séria de tratar este assunto e como não é, não contem connosco, porque não embarcamos nesse tipo de afrontamento e de linguagem, como não embarcamos naquilo que seria politicamente inconcebível, que era pedirem que viéssemos dar cobertura política à actuação desastrosa que o Sr. Presidente do Governo do Partido Socialista teve nessa matéria, até ao dia que veio a esta Assembleia. Isso era o cúmulo!

Os senhores pretendiam que nós votássemos o apoio, a solidariedade de um voto de louvor à atitude partidária, irresponsável, na base de posturas que envolvem algumas falhas técnicas graves que foram aqui publicamente reconhecidas e confessadas pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Os senhores pretendiam que viéssemos dizer aqui que este senhor conduziu isso de maneira exemplar, à nossa imagem e semelhança, e era isso que esperávamos desse cavalheiro, eram esses comícios que ele andou a fazer na Região que nós ambicionávamos que ele fizesse e é isso que o Governo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

da República estava à espera, de que os Açores assumissem como postura com Lisboa.

Não camaradas!

Connosco nem pensem em coisas dessas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós estamos dispostos a tratar dessa matéria de forma séria, como questão de Estado que é (Estado no sentido de Estado Português, de Estado Regional).

Nós aguardamos, exigimos que o Estado assuma as suas responsabilidades para com a autonomia, para com a Região. Se porventura não puder – por razões que se acontecerem serão explicadas e aceites ou não – cumprir naquilo que nós açorianos entendemos que é a justa medida e de acordo com as nossas necessidades genericamente manifestadas, o próprio Estado tem a obrigação de, em conjunto com a Região, encontrar as formas alternativas e complementares para salvaguardar a concretização de um processo que nasceu mal quanto ao seu planeamento e concepção, que não foi acautelado, como disse aqui há 3 dias.

Só loucos e irresponsáveis é que assumem compromissos de 50 milhões de contos sem ter o mínimo de garantia de financiamento.

Com gente dessa, a Região corre os riscos que está correndo agora.

No dia em que souberem tratar disso correctamente, exigindo ao Estado o que é do Estado, sentados à Mesa, nós, Região, vamos ser uma só voz, mas com posturas sérias que visem a defesa dos interesses da Região e não com jogatanas políticas ainda por cima de má qualidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Para uma segunda e última intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Imaginem um labirinto.

Imaginem uma pessoa a correr nesse labirinto, mas com um capuz enfiado na cabeça. Bate num lado, bate no outro, cai, levanta-se, bate novamente e não atina com o caminho.

Este bem poderia ser o retrato do Grupo Parlamento do Partido Social Democrata neste debate.

Num debate que se levantou a algum tempo atrás sobre essa questão, o mesmo Sr. Deputado Duarte Freitas que foi àquela tribuna dizer que sim, que achava que era justo, foi o mesmo Sr. Deputado que em resposta a uma pergunta do Grupo Parlamentar do PCP sobre se acha ou não que é justo a solidariedade nacional, respondeu: “se quer que lhe diga, sinceramente, não sei!”.

A isso chama-se não saber com que linhas é que se cose, a isso chama-se não saber o que é que quer sobre essa matéria.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): A isso chama-se desbarato, que foram todos esses milhões que os senhores dizem que já gastaram!

O Orador: Essa discussão foi há meses. Eu concebo ao Sr. Deputado Duarte Freitas a possibilidade de ser ter enganado.

Mas então o PSD corrigiu essa postura?

Não!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O senhor anda a interpretar mal!



O Orador: Anteontem, o Sr. Deputado Victor Cruz disse que a reconstrução só pára se nós quisermos, porque “nós estamos dispostos a apresentar propostas para cortar o investimento”. Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Nós... todos!

O Orador: Hoje, o que é que diz o PSD?

A reconstrução só pára se o Governo quiser!

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Claro, os senhores é que têm maioria!

O Orador: Sr. Deputado Victor Cruz, o senhor não se entende nessa matéria.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O senhor é que anda aos troncos e aos barrancos na análise!

O Orador: Em relação a esta questão o retracto do PSD é exactamente este: o PSD faz tudo, tudo, mas mesmo tudo para não ter que responder à pergunta concreta.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Já foi respondida!

O Orador: Há algumas questões, dada a desorientação do PSD nesta matéria, que gostaria de esclarecer, relativamente a expressões que foram colocadas pelos Srs. Deputados que me antecederam, nomeadamente os Srs. Deputados Duarte Freitas e Alvarino Pinheiro

Relativamente ao Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor quer arrastar a discussão. Isto prova que o PSD não se preparou para o debate de há 2 dias, porque o PSD não percebeu que já passou essa fase.

O Sr. Deputado fez uma discussão ali como se estivesse a discutir há 2 dias atrás. Actualize-se Sr. Deputado, já passou essa fase.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O senhor é que disse que era um corolário! Já não é?

O Orador: Nós estamos a discutir aqui outra coisa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Permita-me que o esclareça em alguns aspectos ou pelo menos tente chamar a atenção desta Câmara para alguns aspectos.

Os 4 milhões de contos...

Os Srs. Deputados têm aquilo que consideram ser um raciocínio perfeito, de que os 4 milhões de contos não estavam no Orçamento, não vinham, que a sua vinda era uma questão ilegal. A única coisa que os senhores não conseguem responder é a isto. Se era ilegal, achassem a forma legal e mandassem o dinheiro.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Mas por que é que não estava no Orçamento da Região, Sr. Deputado?

O Orador: Sobre isso, o senhor não consegue responder.

Outra questão que coloca é que a mudança do Governo trouxe todos os problemas nesta matéria.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem toda a razão. Foi a mudança de Governo que trouxe todos os problemas nesta matéria, porque antes não haviam problemas destes.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Por isso o Eng. António Guterres fugiu!

O Orador: Quer queiram, quer não, há uma coisa que os senhores não conseguem tirar ao Partido Socialista e ao Governo da República anterior: foi dos Governos da República, aquele que demonstrou maior respeito, apoio e solidariedade aos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E depois fugiu!

Deputado Renato Leal (*PS*): Deixou obra feita nos dois lados!

O Orador: Relativamente ainda à solidariedade nacional, garantida ... Garantida, o quê, Sr. Deputado? Os senhores não têm nada garantido!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para além do problema dos senhores não saberem o que hão-de dizer nesta discussão, ainda têm mais esse problema. O Governo da República não vos passa cartão nesta matéria. Os senhores não sabem absolutamente nada, os senhores não têm nada garantido sobre essa matéria.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Quer que ligue no lugar do Presidente do Governo?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Em relação a alguns aspectos em que o Sr. Deputado Duarte Freitas não foi preciso, gostaria de dizer que os valores não têm vindo a decrescer nos Planos por iniciativa do Governo. Uma afirmação dessas é, salvo o devido respeito, politicamente irresponsável.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Então como é?

O Orador: Têm vindo a decrescer por causa das receitas que decrescem em virtude da diminuição dos impostos que os senhores aprovaram.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E nas outras áreas?

O Orador: A irresponsabilidade política...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Por que é que decresce mais para a reconstrução do que para os outros?

O Orador: ... nesta questão é exactamente esta.

Mais uma questão importante que é preciso referir:

O diploma dos apoios do sismo foi aprovado na generalidade com a abstenção do seu partido e foi votado na globalidade com o voto favorável do meu partido.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sabe porquê?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Sabe que entre a votação na generalidade e na globalidade há outra, a da especialidade. O meu partido votou contra a artigos que os senhores apresentaram e que são, em parte, responsáveis pelo actual estado de coisas em termos de despesas.

Por último, uma questão que é também importante esclarecer aqui: a presença do Governo Regional nesta matéria.

Conforme fez questão de salientar o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu, durante o decurso do debate, fiz questão de propor a todas as bancadas que a discussão desta questão fosse colocada e feita a seguir ao debate, em que estariam cá todos os membros do Governo.

Sabe quem é que se opôs a isso?

Foi a sua bancada.

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): Eles deviam estar ali!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): É por isso que eles agora não estão ali!

O Orador: Não venha agora fazer um drama dessa situação ...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Mas nós é que dissemos para eles se irem embora?

O Orador: ... porque o senhor sabe perfeitamente como é que se passou e não acredito que os senhores estivessem de má fé.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Estou a terminar, Sr. Presidente. Julgo que convinha o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ouvir alguma coisa sobre aquilo que disse.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, trabalhar com seriedade política é aquilo que o senhor não fez, se me permite e com o devido respeito.

Votar uma Proposta de Resolução em que se recomenda ao Governo da República determinadas coisas...

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Não se recomenda. Leia!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: A posição política é essa, Sr. Deputado e o senhor sabe perfeitamente.

Não é pelo senhor falar de má fé – que não existe...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Foi demonstrada. Logicamente demonstrada!

O Orador: ... foi abusivo da sua parte e é, pura e simplesmente abusivo da sua parte – não é pelo facto do senhor falar em seriedade e dizer que isto não é um trabalho sério,...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Politicamente não é!

O Orador: ... com todo o respeito que me merece, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e acredite que me merece muito, o senhor não pode fazer isso.

Quem abusou aqui dentro foi o senhor ao fazer uma intervenção naquela tribuna nesses termos.

O Sr. Deputado tem todo o direito de criticar a nossa proposta, de propor alterações. De todos os partidos aqui presentes, o senhor foi o único que não fez isso.

Aquilo que o senhor não pode fazer, porque é abusivo da sua parte, é aquele discurso que o senhor fez, porque não está apenas a abusar daqueles que estão aqui, está a abusar de muita mais gente.

Com todo o respeito que me merece, se alguém resolveu, com má fé, fugir ao debate essencial nesta matéria, foi exactamente o senhor, porque não teve a capacidade de dialogar na questão essencial que aqui se coloca, mas para lá vamos em termos de votação.

Fica a posição política do Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Em relação à questão, na generalidade, todas as questões que tinha para explicar, estão explicadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ressalta desta discussão, e era a essa leitura que queria fazer, por um lado, a incapacidade do PSD e do PP de colocarem a questão naquilo em que ela é essencial e, por outro lado, alguns abusos na consideração desta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Agradecia aos líderes dos Grupos Parlamentares que se abeirassem da Mesa, para resolvermos se suspendemos os nossos trabalhos ou não para almoço.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Vamos passar à votação desta Proposta de Resolução na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 2 votos contra do PP e registou 15 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Para o nº 1 há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Comunista Português.

Está aberto o debate na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Muito brevemente para frisar o que já disse.

Esta proposta de alteração procura contribuir para que não fique qualquer possibilidade de se fazer uma interpretação restritiva do próprio conceito de reconstrução.

Procura-se defini-la no caso das empreitadas e dos casos pendentes, como na realidade é legalmente, mas na nossa óptica seria defeituoso que na Resolução não ficasse claramente exposto. Daí a razão de termos apresentado a proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Apenas para informar a Mesa de que o Grupo Parlamentar do PS retira a sua formulação do nº 1 e subscreve a formulação apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Como já tínhamos referido, o nº 1 da proposta do Partido Socialista seria susceptível de merecer a nossa aprovação.

Esta redacção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP é mais abrangente e por isso está mais de acordo com os amplos objectivos que nos propomos nesta área.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Relativamente a esta proposta de alteração que se constitui neste momento como ponto primeiro desta Resolução, gostaria de dizer que concordamos com a formulação apresentada pelo Partido Comunista Português, salvaguardando duas questões que me parecem fundamentais:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em primeiro lugar, ao estabelecer-se explicitamente “todos os outros casos pendentes de sinistrados devem ser resolvidos até 2004”, achamos que isso é importante, achamos que isso, no fundo, é a contemplação de uma Resolução que foi aprovada na Assembleia Legislativa Regional e que ainda nunca foi aplicada pelo Governo.

No entanto, acho que é importante que fique salvaguardado que ao adoptar-se esta formulação, não se põe em causa a resolução dos casos dos sinistrados mais necessitados e são aqueles que estão envolvidos nas empreitadas e aqueles que precisam efectivamente, em primeiro lugar, de ver o seu caso resolvido.

A questão é muito simples:

Todos nós estamos aqui a dizer que não há dinheiro e agora queremos que até 2004 se acrescente mais todos os outros casos – achamos muito bem que se resolvam – que o Governo sempre disse que só ia resolver depois.

Nós estamos de acordo com esta proposta, achamos que está bem, mas estamos aqui com dois pesos e duas medidas. Por um lado, não há dinheiro e, por outro, simultaneamente carrega-se, num prazo limitado, até 2004, uma série de despesas para as quais o Governo já afirmou nesta Assembleia de que iria encará-las, fazer estudos, para fazer depois.

Os senhores retiraram a sua formulação. Ficou a do Partido Comunista Português.

Nós estamos de acordo, mas salvaguardamos desde já a nossa posição: nunca aceitaremos que por causa disto os sinistrados do 1º escalão que estão incluídos nas empreitadas, que são os verdadeiros necessitados, sejam prejudicados e colocamos dúvidas no facto deste Governo ter vontade – porque nunca a teve até hoje – e ter meios financeiros, por si próprio, para resolver e assumir estes casos e que passam agora a estar contemplados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Duvido que o Secretário José Contente, que nunca quis resolver até hoje o caso dos sinistrados do 2º e 3º escalão e o caso dos sinistrados do 1º escalão que não têm terreno para construir a sua casa, aceite fazer isto no prazo que aqui está estabelecido.

A nossa posição, desta forma, fica claramente salvaguardada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu estou completamente de acordo que esta Assembleia e os Deputados têm a obrigação de discutir os problemas de todos, mas quando existem problemas. Agora, discutir coisas que não existem, não é percebível.

Passo a ler a proposta, porque o problema que se levanta aqui é um problema de portugueses:

“A Assembleia Legislativa Regional dos Açores reafirma a necessidade de ser concluído o processo de reconstrução das habitações das Ilhas do Faial e do Pico afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 98, nomeadamente no que respeita às empreitadas públicas adjudicadas e contratualizadas até 2004 e todos os outros casos pendentes de sinistrados.”

O ano 2004 está perfeitamente dirigido às empreitadas que estão contratualizadas até a essa data. Não é por acaso que a redacção é esta.

Em termos de trabalho a nossa redacção chegou a ser outra. Depois apresentámos esta redacção para clarificar este problema.

Aqui define-se que o que está contratualizado até 2004 deve ser feito, mas todos outros casos também devem ser feitos. Não se define até quando, nem se pode definir. Quem é que pode afirmar?



Fica aqui a definição do processo de reconstrução, porque a versão inicial podia ter uma leitura restritiva, uma vez que só referia aquilo que estava contratualizado até 2004.

Podia haver o entendimento de que o processo de reconstrução era só isso, mas não é. Daí o aparecimento desta redação, em português absolutamente claro, para definir o que é que se pretende.

Já que o Sr. Deputado Costa Pereira disse, com toda a ênfase, que o seu Grupo Parlamentar se diferenciava, gostava de dizer que não há nenhuma diferença. Há apenas aqui a garantia de que o processo de construção, nesta Resolução, está completamente identificado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação da proposta de alteração para o nº 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto nº 2, para o qual o Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora na minha intervenção inicial tenha tentado explicitar algumas das razões que levaram ao nosso posicionamento neste debate e na análise e preparação desta Proposta de Resolução, é importante aproveitar este momento para explicar mais uma vez as razões da apresentação da proposta de alteração para o nº 2.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Como já é sabido, nós abstivemo-nos na generalidade na perspectiva de que na especialidade pudéssemos chegar a um consenso, que não foi aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tentou ao apresentar esta proposta, que nalguns termos é quase provocatória.

Nós, imbuídos num espírito de tentar chegar ao consenso, disponibilizámo-nos e dispusemo-nos a dar esse benefício da dúvida, abstendo-nos para que pudéssemos contribuir na especialidade com a nossa análise e com as nossas propostas para a discussão desta Proposta de Resolução.

Em relação ao nº 2, digo desde já que se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tivesse na sua proposta a expressão “nos termos em que se tem vindo processando até Março de 2002”, que é quase provocatória, nós teríamos outra perspectiva de análise sobre este nº 2 e não apresentaríamos esta proposta de alteração. Certamente o nosso sentido de voto seria outro.

O que é que nós pretendemos quando apelamos para seja analisada e aprovada a nossa proposta de alteração?

Pretendemos retirar aquilo que entendemos que é quase atentatório e provocatório dos partidos da oposição e que não é verdade, como já expliquei ali.

O que interessa verdadeiramente não é tentar criar condicionalismos, passar a mensagem de que em Março de 2002, quando o PS perdeu as eleições, o Engº António Guterres fugiu da governação de Portugal. Não vamos balizar essa questão.

O que interessa, se estão verdadeiramente interessados nos problemas dos sinistrados e na resolução deste problema, é que se consiga conciliar as vontades e a solidariedade nacional e regional, para que o processo possa continuar para bem dos sinistrados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que nos interessa e temos vindo a defender é que essa expressão de solidariedade, no futuro, tenha o mesmo peso, a mesma expressão, que teve nos restantes gastos que se fizeram com a reconstrução.

É preciso relevar que essa solidariedade que os senhores têm vindo a evidenciar do anterior Governo da República, foi prestada num período de esbanjamento, como sabemos.

Agora pretendemos que ela tenha a mesma expressão num período por todos conhecido de restrição face à calamidade em que os senhores deixaram as contas do país.

Deputados Mark Marques e Joaquim Machado (*PSD*): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nós estamos disponíveis e estamos a trabalhar, apesar da guerra que o Governo Regional está tentando fazer com todo este processo em relação ao Governo da República, para que possamos, num período de restrição, ter o mesmo peso de apoio aos sinistrados que os senhores dizem que o Governo da República teve em período de esbanjamento.

Nesse mesmo período, o período de restrição que nós queremos e estamos trabalhando para que exista essa expressão, enquanto o Governo da República vende património para salvar a desgraça em que os senhores deixaram o país, o Governo Regional compra património para instalar direcções regionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nós entendemos que o principal é ajudar os sinistrados a resolver este problema. Neste período de restrição nós estamos a lutar para que a expressão da solidariedade nacional tenha o mesmo peso que teve no passado para resolver o problema.



Nós não estamos a falar aqui nas contas e no seu esclarecimento por um capricho.

Srs. Deputados, de facto, é preciso resolver o problema, mas não podemos iludir falando de milhões e milhões, quando há claramente evidências de que num dia se fala de uns milhões e noutro dia fala-se de outros.

É preciso resolver o problema das pessoas, mas são essas próprias pessoas, esses próprios sinistrados que querem saber por que é que se compram jipes para as empreitadas de reconstrução.

São também essas pessoas que querem saber por que é que se gastou 1.100 contos com projectos.

São essas mesmas pessoas, os sinistrados açorianos que querem saber por que é que falharam todas as previsões de planeamento.

São esses mesmos sinistrados que querem saber por que é que se demorou tanto tempo a começar com a reconstrução dizendo que era para planear e bem e agora não corre nada conforme planeado. Nenhum número bate certo.

As obras que eram para ser muito bem feitas, a meter água e são feitas e refeitas duas e três vezes.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não faça demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: Não é só a irresponsabilidade de dizer gastámos 13 milhões com metade da reconstrução, precisamos de 27 milhões para concluir a outra metade, o dobro do que já gastámos, pensando que nós apoiáramos, porque é preciso resolver o problema dos sinistrados.

Nós lutamos pela solidariedade nacional e ela vai existir, apesar de ser um período de contenção, mas é preciso esclarecer, Srs. Deputados, que não pode ser só um processo de irresponsabilidade, em cima de irresponsabilidade.



(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para referir que a proposta de formulação que o Grupo Parlamento do PSD apresenta para este nº 2, dá bem nota daquilo que aconteceu, do processo e das razões porque estamos onde estamos.

Efectivamente a referência que aqui se faz à necessidade de se manter a solidariedade nacional, nos termos em que se vinha processando até Março de 2002, é porque consideramos e é de todos conhecido, que foi a partir de Março de 2002 que o actual Governo da República revogou a transferência que já havia sido decidida pelo anterior Governo e não a realizou.

Esta referência que nós consideramos essencial, encontra-se inviabilizada na proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata. Portanto, não merece o nosso acordo.

É importante explicar nesta matéria, claramente as razões pelas quais entendemos que assim é e explicitar claramente a interpretação que aqui fazemos deste nº 2.

A solidariedade nacional nos termos em que se vinha processando até 2002, era de 20 milhões de euros em 2002, 20 milhões de euros em 2003 e 20 milhões de euros em 2004. É esse o nosso entendimento.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Onde é que isso está escrito?

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): Na imaginação!

O Orador: Nesta matéria é importante clarificar as interpretações que se fazem dessas questões, como aconteceu com o ponto anterior, relativamente ao qual é importante deixar clara que a interpretação do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Grupo Parlamentar do Partido Socialista é aquela que tem o partido proponente, o PCP.

A nossa interpretação em relação ao nº 1 é aquela e a nossa interpretação em relação ao nº 2 é exactamente esta.

Por outro lado, a referência que aqui se faz a mais questões de solidariedade regional, gestão parcimoniosa das verbas afectas à reconstrução, com todo o respeito, o problema que neste momento se coloca – eu considero esta formulação infeliz – é de solidariedade regional. A Região já tem garantidos 50 milhões de euros. Isso já é conhecido e o Sr. Presidente do Governo ainda há dois dias explicitou isso. Portanto, torna-se desnecessário.

Tendo em conta que a Proposta de Resolução apresentada consubstancia melhor a necessidade de afirmação e de manifestação de vontade desta Assembleia e tendo em conta que entendemos que a proposta de alteração apresentada pelo PSD pretende subverter esta manifestação de vontade, vamos votar contra a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Parece que o labirinto foi tão grande, foi tão complicado que agora perdeu-se mesmo.

O Sr. Presidente do Governo Regional quando saiu da casa do “Big Brother” anunciada ontem, pediu desculpa nos erros. Disse e reconheceu que se tinha enganado, que tinha havido erros no próprio processo de reconstrução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Aquilo que se diz aqui é que se quer uma gestão parcimoniosa das verbas afectas, aliás, feito com boa fé, porque poderia dizer-se que tem que passar a haver uma gestão rigorosa. Nem isso é dito.

Os senhores até podem votar a favor e afirmar que querem que continue a haver uma boa gestão, mas não. Como sabem que votar isso é mudar a má gestão que tem havido, não querem fazê-lo. Aliás, o Sr. Presidente do Governo foi o primeiro a reconhecer e foi ele que agora o deixa numa má situação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A mim?

O Orador: Sim, a si. Agora é que o senhor se perdeu no labirinto. Está a dizer-nos que quer que o processo de solidariedade continue a ser igual ao que era até Março de 2002, ou seja, quer que continue a ser sem garantias efectivas, com despachos ilegais...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

... quer que continue a ser sem qualquer solução séria para as pessoas que bem precisam.

Pela nossa parte queremos que haja uma postura mais exigente e achamos que o Governo da República, de uma forma institucional, deve garantir à Região um processo de solidariedade.

Os senhores querem continuar no deixa andar. Isso nós não queremos, daí o nosso apoio a esta proposta.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



Muito brevemente apenas para manifestar a posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre este ponto da Proposta de Resolução e consequentemente sobre a proposta de alteração apresentada.

Na nossa óptica, a alteração proposta não é referente a esta Resolução. Ela refere-se a outra matéria.

Na nossa óptica o que está aqui a ser discutido e o que visa o segundo ponto da proposta do Partido Socialista, é a afirmação da continuidade da solidariedade nacional, o que é essencial.

A necessidade eventual de outras coisas, pode constituir outra situação.

Ou estamos dispostos a afirmar que a solidariedade nacional não pode ser interrompida, apesar de poder ter tido expressões institucionais incorrectas, limitadas, mas teve expressão financeira real ao longo dos últimos 4 anos, ou não estamos.

Não é possível elaborar uma proposta – e isto vale para as outras propostas de alteração do PSD – que se reclama de ser de defesa da solidariedade nacional e, ao mesmo tempo, querer deixar a possibilidade de só o Governo da República fazer ou não o que entender fazer. Não é possível!

Não é possível estar com Deus e com o Diabo!

Não é possível no financiamento da reconstrução ter a intenção de fazer esse financiamento em montantes menores ou iguais, muito diferenciados no tempo.

Se o que nós entendemos é que o financiamento tem que ser suficiente e temporalmente acertado – o Sr. Deputado Victor Cruz tem repetido e ainda bem que o diz, que defendem que o volume seja o mesmo – se o volume for o mesmo, mas só vier em 2007, não resolve nada.

Nós estamos numa rotura concreta que ocorreu no mês de Julho ou Agosto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Esta proposta de alteração foge ao objecto da proposta e tenta introduzir na Resolução outra temática e outros pontos de vista para esconder e defender o Governo da República. Não é essa a nossa posição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de chamar a atenção para os termos concretos em que está feita a nossa proposta de alteração.

O que nós dizemos é que “a Assembleia reconhece, para o cumprimento desse calendário, a manutenção da solidariedade nacional nos termos em que se tem vindo a processar”. O que é que isto quer dizer, Srs. Deputados? O Governo da República, pelos vossos próprios números, é que tem feito e sustentado a maior parte da reconstrução. Nós defendemos que continue assim.

Quando nós estamos a falar da solidariedade nacional ou regional, estamos a falar de verbas que ao fim e ao cabo são de todos nós.

Nós não estamos a dizer que deve vir menos dinheiro, que o dinheiro tem que ser aplicado da maneira como nós queremos.

Nós queremos que a solidariedade venha expressa nos mesmos moldes como veio até agora. Retiramos a expressão atentatória e provocatória...

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): Verdadeira!

O Orador: ... de “até Março de 2002”, porque já foi vastamente esclarecida, e colocamos que deve vir “a solidariedade nacional nos termos em que se tem vindo a processar”, para bem dos sinistrados.

É bom termos em atenção que ao exigirmos a solidariedade nacional num momento em que o Governo da República endireita as contas que os senhores deixaram e para isso até vende património, é preciso pôr a mão na consciência de que se neste mesmo momento a Região precisa da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

solidariedade nacional, não é tempo para andar a gastar nalgumas coisas como os senhores andam já há bastante tempo.

Os senhores estão contra uma recomendação que refira que é preciso ter uma gestão parcimoniosa das verbas?

Não podem estar.

O que os senhores querem mesmo, o que tentaram fazer até aqui e por isso estão a culminar todo o processo, é que não haja diálogo, não querem concertação nenhuma.

Nós entregámos propostas de boa fé que tentam resolver os problemas das pessoas e os senhores, de novo, querem ter uma expressão para continuar a fazer guerra, sozinhos, contra o Governo da República.

Quando esta guerra acabar, certamente em vez de usarem os sinistrados, os senhores vão usar os pescadores, os agricultores ou outras quaisquer pessoas. Vão continuar nessa luta contra o Governo da República.

Por cada problema que for resolvido vão arranjar outro, porque é essa a vossa maneira de estar a fazer política e é a maneira que arranjaram para encobrir todos os problemas que têm na Região.

Os senhores fazem uma luta contra o Governo da República para resolver um problema momentâneo, um problema conjuntural e, sobretudo, para satisfazer de alguma forma a maneira e o estilo de fazer política de alguns dos principais responsáveis do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Apenas para clarificar aquilo que foi referido e alguns dos argumentos aduzidos pelo Sr. Deputado Duarte Freitas que não correspondem, no nosso entendimento, minimamente àquilo que se está aqui a discutir.

A solidariedade nacional interrompeu-se com a revogação do despacho que autorizava a transferência de 20 milhões. Diferente seria dizer “em que se vem processando”.

Processando como? Os senhores incluem dentro deste exemplo de solidariedade nacional a revogação de uma transferência.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O Sr. Presidente do Governo sabe. Ele é que disse que queria!

O Orador: A questão é esta e é por isso que nós mantemos a nossa proposta e votamos contra a proposta do PSD, porque a questão do entendimento é diferente.

Nós entendemos que a razão pela qual nós estamos nesta situação, deve-se à revogação da transferência, um acto praticado pelo vosso Governo.

Todos percebem que a solidariedade com o Governo da República anterior estava a ter um determinado desenvolvimento e as questões que se colocam – e o Sr. Deputado tenta arrastar a discussão para aí – de legalidade já foram perfeitamente expressas. O problema não é esse.

Se os senhores achavam que havia razão pela qual era justo haver a solidariedade nacional, no ano 2002, de 20 milhões de contos – eu acho que o despacho era legal – arranjassem a forma que entendessem.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): A Dra. Leonor Coutinho não achava!

O Orador: Eu nunca tive o prazer de falar com a Dra. Leonor Coutinho.

Portanto, em relação a esta matéria a nossa posição encontra-se perfeitamente esclarecida sobre essa questão.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP e registou 15 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do PP.

Presidente: Vamos passar à votação do nº 2 tal como consta da Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O nº 2 foi aprovado com 26 votos favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 15 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao nº 3 para o qual existe uma proposta de alteração oriunda do Grupo Parlamentar do PSD.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O debate desta proposta de alteração para o nº 3 já foi feito.

Nós, ao apresentarmos esta proposta de alteração, entendemos que é preciso que o Governo da República assegure a solidariedade nacional com um calendário plurianual em que estabeleça claramente o montante e todos saibamos quando é que vem, para não acontecer como acontece agora que só soubemos depois de verificar um folheto de campanha do Partido Socialista para as legislativas nacionais deste ano. Foi através dele que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ficámos a saber que já vieram, da solidariedade nacional, 8 milhões de contos para todas as calamidades.

O Sr. Presidente do Governo disse que foram 21 milhões. Ficámos sem perceber se ele está contando com os 4 milhões que ele diz que lhe tinham prometido e que não vieram.

Há que perceber claramente esta questão, não só por razões técnicas, mas tendo em conta os instrumentos que temos que aprovar nesta Casa e para os açorianos, em geral, e os sinistrados, em particular, ficarem a saber com o que é que podem vir a contar.

É isso que continua nublado sobre o que foi o passado.

Mesmo assim, quando nós dizemos isto, entendemos que essa expressão da solidariedade plurianual tem que ser tida naquele peso que é referido pelo Sr. Presidente do Governo, em que diz que precisa de mais 12 milhões de contos do Governo da República até ao fim do processo.

A nossa luta é para que a solidariedade nacional se possa expressar o mais próximo possível desse peso que o Governo diz que vem a ter, mas mais do que isso, que possa estar claramente percebida e definida para que todos possamos saber quanto é que vem e quanto é que veio. Neste momento, nós não sabemos esse valor, sabemos que são muitos milhões, mas ao certo ninguém sabe e já foi dito aqui praticamente por todos os grupos parlamentares, à excepção do Partido Socialista, que foi um dos erros crassos neste processo no que se refere à sua componente de financiamento.

O que gostaríamos de frisar aqui é que esta expressão de solidariedade deve manifestar-se à razão daquilo que se tem vindo a manifestar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Mais do que isso, pretendemos também que essa expressão seja conhecida, desde já, para que não existam as dúvidas e as confusões que têm existido até aqui com os números.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma das diferenças fundamentais entre a proposta do Partido Socialista e a proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata, é que em relação a esta matéria o PSD esgota-se na forma quando refere a questão do calendário plurianual e não toma qualquer tipo de decisão relativamente ao conteúdo, coisa que vem esclarecida na formulação apresentada pelo PS.

Em relação a este nº 3, nós entendemos que é fundamental sair desta Assembleia uma tomada de decisão em relação àquilo que se considera fundamental, inclusive essa questão do ano 2002.

Eu não percebo se a ausência da transferência de 20 milhões de euros para o ano de 2002, no caso do PSD, significa que o PSD já se considera derrotado nesta questão, aceitando que não venham 20 milhões de euros em 2002, ou se é um bocadinho mais ambicioso nesta matéria.

De qualquer das formas, as razões fundamentais que se mantêm, apesar das explicações do Sr. Deputado Duarte Freitas, é a questão da proposta do PSD preocupar-se apenas com a forma e a proposta do Partido Socialista ir um bocadinho além disso.

Para além do mais, a proposta do Partido Socialista manifesta e reclama um compromisso muito mais concreto do Governo da República.

Aquilo que o Partido Social Democrata está a fazer aqui é a tentar dar cobertura da Assembleia Legislativa Regional dos Açores àquela que foi a vaga promessa do Sr. Primeiro-Ministro. Isso não me parece correcto,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

aceitável e é por isso que o PS mantém a sua proposta, votando contra a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A questão que se coloca aqui é saber se aquilo que o Governo diz joga com aquilo que o Partido Socialista diz.

“- O importante é resolver, pode até não ser igual àquilo que pedimos, pode até não ser nos prazos em que pedimos, pode até a Região ter que fazer um pequeno esforço, mas é preciso a solidariedade”, diz o Sr. Presidente do Governo quando o “Big Brother” está no ar.

Vem agora o Partido Socialista trazer este documento que diz outra coisa bem diferente: “queremos este valor e já”.

Fica a dúvida se porventura fosse desbloqueado agora 19,999 milhões de euros, se o senhores não diriam “não, assim não queremos!”.

Começa a ficar aqui a dúvida se os senhores não preferem que a guerrilha aumente para terem uma boa razão para continuar nela, aproveitando para fazer campanha política à custa do sofrimento daqueles que necessitam de ver o seu problema resolvido.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Com esta proposta de alteração está tudo contemplado, estão os valores contemplados e está o nível compatível com as necessidades financeiras globais. Aliás, está de acordo com o discurso do Sr. Presidente do Governo Regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os senhores para irem à fase negocial querem levar algo que seja um bom travão para que não tragam nada. Se é isso que pretendem, não vão ter o nosso apoio.

Para diplomatas escolheríamos quaisquer outros. Os senhores não!

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começaria por tranquilizar o Sr. Deputado Paulo Gusmão, de forma muito serena, dando-lhe um conselho:

A guerrilha institucional que eventualmente está aqui a ser anunciada pode terminar hoje se o Governo da República resolver repor a solidariedade nacional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Medeiros (PSD): Ela já existe!

O Orador: Não vale a pena nós eternizarmos este debate. As posições estão definidas.

É preciso que fique bem claro que a grande diferença que separa o partido que propõe (o PS) e o Partido Comunista Português dos dois partidos que são a base política do Governo da República (PSD e PP), é que nós assumimos que houve uma rotura e ela tem que ser coberta de forma a que não fiquem processos parados, com multas e tudo o mais a pagar. A data 2002 é essencial. Os que apoiam o Governo da República privilegiam-no e as soluções que ele eventualmente toma.

Privilegiando o Governo da República e preocupando-se mais com ele do que com a reconstrução, com a rotura de financiamento, caiem numa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

situação que é o plurianual a partir de 2003, esquecendo 2002, mas aí o processo é seriamente prejudicado. É isso que nós aceitamos por isso vamos votar a favor da proposta inicial.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP e registou 14 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do PP.

Presidente: Vamos passar à votação do nº 3 tal como consta da proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O nº 3 foi aprovado com 26 votos favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 15 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao nº 4 para o qual também existe uma proposta de alteração oriunda do Grupo Parlamentar do PSD.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que o PSD pretendia com esta proposta de alteração ao nº 4, vinha na sequência das explicações que já foram dadas anteriormente.

É obvio que nós não apoiamos a guerrilha que o Governo Regional e o Partido Socialista têm feito ao Governo da República utilizando esta



situação e, por isso mesmo, não poderíamos manifestar o apoio às diligências efectuadas, porque elas nem foram efectuadas e a forma como foi dirigido este processo foi contrária àquilo que nós entendemos que deveria ser, ou seja, utilizaram todo o processo para fazer guerra ao Governo da República, como certamente irão utilizar outros no futuro para continuar a guerra.

Nós pretendíamos manifestar o nosso apoio às diligências que se viessem a efectuar tendo em vista a realização dos objectivos referidos nos pontos 1, 2 e 3.

De qualquer modo, como as nossas propostas de alteração aos pontos 2 e 3 foram rejeitadas, a nossa proposta de alteração para o ponto nº 4 fica prejudicada, por isso retiramo-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não fica prejudicada, Sr. Deputado Duarte Freitas, bem pelo contrário. Esta proposta dá bem conta da desorientação que o PSD tem nesta matéria e do facto do PSD nem sequer acreditar que existe clima de guerrilha partidária.

Utilizando a expressão do Sr. Deputado Victor Cruz...

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Mal, certamente!

O Orador: ... se eu fosse líder da oposição, aquilo que eu faria, quanto muito, era, sabendo o que aconteceu no passado, apoiava, mas nunca dizia que apoiava tudo no futuro. Isso nunca!

Se os senhores realmente acham que há um clima de guerrilha partidária, quanto muito o que teriam feito era dar apoio às diligências efectuadas. Não passavam – agradecemos a confiança manifestada – um “cheque em branco” de apoiar todas as diligências a efectuar pelo Governo.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Nos termos do nº 2 e do nº 3!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Da mesma forma como estava formulado. É aí que os senhores dizem que há guerra.

Aquilo que isto prova é que nem sequer o Partido Social Democrata acredita que realmente há um clima de guerrilha.

Nesta matéria, tem toda a actualidade e pertinência a vossa proposta. Foram os senhores que se desmentiram com as vossas próprias mãos.

Se realmente os senhores acreditassem que havia um clima de guerrilha política, nunca teriam apresentado uma proposta dessas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Vamos passar à votação do nº 4 tal como consta da proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O nº 4 foi aprovado com 24 votos favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 15 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada, em votação final global, com 24 votos favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 2 votos contra do PP e registou 15 votos de abstenção do PSD.